

# **HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA**





**ANTONIO CARLOS GOMES FERREIRA**

Doutorando em Educação e Mestre em Direito. Graduado em Direito, Filosofia, Teologia e História.  
Especialista em Direito do Trabalho, Direito Constitucional e Político, Filosofia Contemporânea, em  
Sociologia e em História e Antropologia. Advogado, filósofo, escritor e professor universitário.

# **HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA**



1ª Edição

Clube de Autores

São Paulo

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro – SP – Brasil)

F439h

Ferreira, Antonio Carlos Gomes.

História e cultura afro-brasileira / Antonio Carlos Gomes

Ferreira. - São Paulo: [s.n], 2021.

180 p. : il. ; 21 cm.

ISBN 978-65-89416-77-7

1. História e cultura - Brasil. 2. Cultura afro-brasileira. 3. Cultura africana. 4. Influências histórico-culturais. 5. Ensino - Diretrizes curriculares. I. Título

CDD: 981

**Ficha catalográfica elaborada por**  
**Débora Soares Vicente de Santana – Bibliotecária CRB-9/1914**

**Índice para catálogo sistemático:**

1. História do Brasil                      981



Esta obra preserva todos os direitos do autor.  
Copyright©2021 Antonio Carlos Gomes Ferreira

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184, do Código Penal.

**Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994/2004**

Impressão: Alpha Graphics do Brasil - CNPJ: 04.241.392/0001-31

Projeto Gráfico: ArteSam - CNPJ - 22.680.150/0001-26

Revisão: Claudionor Aparecido Ritondale

Distribuição e Venda: agbook.com.br

Clube de Autores Publicações S/A

CNPJ nº 16.779.786/0001-27

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Dedico esta obra aos meus genitores, Manoel e Maria Helena, bem como a todos aqueles que manifestam inquietação diante do mundo, que amam buscar a verdade, que sentem necessidade de sair do conforto do conformismo.



Eu sou como a garça triste  
Que mora à beira do rio,  
As orvalhadas da noite  
Me fazem tremer de frio.

Me fazem tremer de frio  
Como os juncos da lagoa;  
Feliz da araponga errante  
Que é livre, que livre voa.

Que é livre, que livre voa  
Para as bandas do seu ninho,  
E nas braúnas à tarde  
Canta longe do caminho.

Canta longe do caminho  
Por onde o vaqueiro trilha;  
Se quer descansar as asas,  
Tem a palmeira, a baunilha...

Tem a palmeira, a baunilha,  
Tem o brejo, a lavadeira,  
Tem as campinas, as fores,  
Tem a relva, a trepadeira...

Tem a relva, a trepadeira,  
Todas têm os seus amores:  
Eu não tenho mãe nem filhos,  
Nem irmão, nem lar, nem flores...

**Castro Alves**



# Sumário

INTRODUÇÃO.....	11
Estudar a história da África é compreender a história do Brasil.....	13
<b>1. História da África.....</b>	<b>17</b>
1.1. Brasil, África e a conexão atlântica.....	17
1.2. A conexão atlântica no século XIX.....	18
1.3. O Brasil e a descolonização africana.....	21
1.4. A política externa brasileira e a África.....	28
1.5. Brasil e África hoje.....	43
<b>2. O negro na história do Brasil.....</b>	<b>45</b>
2.1. A importância do negro na sociedade como um dos seus elementos fundadores.....	45
2.2. O escravismo colonial e suas características predominantes.....	47
2.3. Ser escravo no Brasil.....	50
2.4. As várias fases do processo de abolição da escravatura.....	53
2.5. O negro após a abolição: da senzala para a favela.....	58
2.5.1. A imagem do negro no Brasil.....	61
2.6. O negro e suas diversas abordagens na sala de aula.....	64
2.7. Políticas de inclusão social.....	70
2.7.1. Uma reflexão sobre cotas.....	72
<b>3. Tópicos da cultura afro-brasileira.....</b>	<b>75</b>
3.1. A importância da História da África.....	76
3.2. A África sob dominação colonial.....	80
3.3. Descolonização Africana.....	95
3.3.1. Quebrando as correntes coloniais.....	96
3.4. África independente.....	111

<b>4. Diferentes linguagens e gêneros de textos em História.....</b>	<b>123</b>
4.1. O trabalho com o livro didático.....	124
4.2. As tipologias dos documentos.....	127
4.2.1. Documentos escritos.....	129
4.2.2. Documentos visuais: fotografia, pinturas e charges.....	134
4.2.3. Documentos materiais e sonoros.....	138
<b>Considerações finais.....</b>	<b>143</b>
<b>Leitura complementar.....</b>	<b>145</b>
REFERENCIAS.....	169

# Introdução

O ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no Brasil sempre foi lembrado nas aulas de História com o tema da escravidão negra africana. No presente texto pretendemos esboçar uma reflexão acerca da Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio.

Uma primeira reflexão que devemos fazer é sobre a palavra escravo, que foi sempre atribuída a pessoas em determinadas condições de trabalho. Portanto, a palavra escravo não existiria sem o significado do que é o trabalho e das condições para o trabalho.

Quando nos referimos, em sala de aula, ao escravo africano, nos equivocamos, pois ninguém é escravo – as pessoas foram e são escravizadas. O termo escravo, além de naturalizar essa condição às pessoas, ou seja, trazer a ideia de que ser escravo é uma condição inerente aos seres humanos, também possui um significado preconceituoso e pejorativo, que foi sendo construído durante a história da humanidade. Além disso, nessa mesma visão, o negro africano aparece na condição de escravo submisso e passivo.

A Lei 10.639/03 propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana. Por exemplo, os professores devem ressaltar em sala de aula a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da sociedade brasileira, na qual os negros são considerados como sujeitos históricos, valorizando-se, portanto, o pensamento e as ideias de importantes intelectuais negros brasileiros, a cultura (música, culinária, dança) e as religiões de matrizes africanas.

Com a Lei 10.639/03 também foi instituído o dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro), em homenagem ao dia da morte do líder quilombola negro Zumbi dos Palmares. O dia da consciência negra é marcado pela luta contra o preconceito racial no Brasil. Sendo

assim, como trabalhar com essa temática em sala de aula? Os livros didáticos já estão quase todos adaptados com o conteúdo da Lei 10.639/03, mas, como as ferramentas que os professores podem utilizar em sala de aula são múltiplas, podemos recorrer às iconografias (imagens), como pinturas, fotografias e produções cinematográficas.

Pensando nisso, a presente obra foi cuidadosamente desenvolvida durante a graduação do curso de História. Seu desenvolvimento visa o resgate histórico e cultural, através dessa obra o leitor receberá instrumentos e conhecimentos teóricos para efetivar o ensino de Cultura Afro-Brasileira e História da África, proporcionando atualização e renovação de capacitação para o ensino em conformidade com as tendências pedagógicas.

Além disso, trata-se de um estímulo ao senso crítico. A ideia central é que o leitor seja capaz de atuar com alto teor de senso crítico de modo a resgatar os valores e a importância da cultura africana para a construção dos costumes da sociedade brasileira.

Nosso grande desafio é a mudança da visão ainda intrínseca na sociedade e principalmente nos livros mais antigos de história que tratam a tradição africana apenas em sua ligação aos períodos de escravidão no Brasil. Sua riqueza cultural e principalmente a forma com a qual os brasileiros incluíram diversos aspectos e evoluíram na sua compreensão fazem parte das ferramentas mais importantes de seu ensino.

Apesar de o Brasil ser o segundo país com maior número de habitantes negros do planeta, ficando atrás apenas da Nigéria, o estudo da realidade africana não chega a alcançar expressão suficientemente relevante no meio acadêmico, principalmente por um déficit na formação dos profissionais da área de educação. Por tal motivo, a lei n.º 10.639/03 alterou a legislação anterior que estabelecia as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Desta forma, buscamos proporcionar ao profissional ou estudante elementos para compreender a trajetória política, econômica e social do continente africano com ênfase na África Colonial e Pós-Colonial.

Adotamos a perspectiva das transformações econômicas no sistema capitalista como motivadores do colonialismo europeu em África, além de contemplar aspectos políticos que motivaram o processo de colonização e descolonização no continente africano.

No período que marca quase duas décadas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional pelas Leis n. 10.639/2003 e 11.645/2008 vemos o crescimento de muitas ações focadas na implementação do ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nas escolas, em todos os níveis de ensino. Toda essa mudança política e normativa rompe definitivamente com a expectativa de parte da população brasileira de que este debate nunca alcançaria a esfera pública e se transformaria em política de Estado. No entanto, embora essas mudanças e iniciativas sejam importantes, chamamos a atenção para a necessidade de acompanhamento e discussão permanente sobre os entraves do processo de implementação, que tem se mostrado ainda bastante inicial.

Estudar a história da África é compreender a história do Brasil

O objetivo do estudo da história da África nos currículos escolares da educação básica é diminuir a distância entre a África e o Brasil, desconstruindo um imaginário que foi criado em torno do negro africano desde a Antiguidade, quando Heródoto, considerado o “pai da História”, afirmava que os etíopes (homens de pele preta) eram inferiores, bárbaros e irracionais, quando comparados aos gregos, ideal de perfeição e grandeza e, portanto, um modelo para as demais civilizações do mundo. Desde então, os negros africanos foram assemelhados à negação, à ausência, à deformação e àquilo que não é belo, ao que não é universal, ou seja, a um ser menor.

Este imaginário foi alimentado inclusive pelos relatos dos viajantes e aventureiros na antiguidade, no período medieval e também na idade moderna, quando no retorno de suas viagens pelo continente negro, os viajantes e missionários reafirmavam as ideias fantasiosas, engendrando em torno da África um conhecimento puramente subjeti-

vo e deformador, que corrompeu a cultura e as pessoas desse continente. Foi assim que se deu início à imagem primitiva e mentirosa sobre os negros, à ideia do hemisfério norte ou ocidental como superior racialmente.

O negro foi colocado como uma figura sub-humana e pré-racional, incapaz de superar seu primitivismo sem a “ajuda” dos povos mais “civilizados” e racionais. Essa imagem subalterna e negativa do negro será reafirmada em toda a Europa do século XVI ao XIX, durante a expansão atlântica como tráfico de escravo e o neocolonialismo. E toda essa fantasia que foi compartilhada inicialmente pelos viajantes europeus, foi nutrida e reproduzida pelos dispositivos culturais, jurídicos, teológicos e econômicos e transformada em senso-comum, normalizada, e infelizmente ainda hoje muitas vezes a reproduzimos.

É assim que o negro africano e seus descendentes adquirem uma imagem negativa, de povos atrasados e fechados para a razão. Derubar essa imagem depreciativa da África e conseqüentemente dos descendentes de escravos africanos, diminuindo a distância entre o Brasil e a África (uma vez que os negros africanos tiveram um papel importante na formação da nossa sociedade e cultura) é o grande objetivo da inserção da História da África e da cultura afro-brasileira no currículo escolar.

Diante dessas considerações é importante frisarmos que até 2003 não havia uma lei federal<sup>1</sup> que exigisse a inclusão da história da África e dos povos indígenas no currículo escolar, dessa maneira era muito mais comum os livros escolares omitirem ou ignorarem a história de luta dos negros brasileiros. Era comum o aluno terminar o ensino médio e durante todo seu trajeto escolar, escutar apenas o discurso de que os negros “foram trazidos” para o Brasil para “trabalhar” nas extrações de cana de açúcar e ouro. Àquela época, com ou sem razão, os livros didáticos de História pareciam não justificar a escravidão dos negros e dourar a escravidão com eufemismos, pouco se remetendo às

---

<sup>1</sup> A lei 10.639/03 tornou obrigatório, na educação básica, o ensino da cultura africana e afro-brasileira na educação básica, alterando a LDB 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases).

lutas e resistências que fizeram com que os escravos sobrevivessem, apesar de toda a degradação e desumanização a que foram submetidos, apesar de juridicamente serem definidos como coisa, mercadoria e posse dos senhores.

Até 2003, o currículo da educação básica raramente se referia à ressignificação que os escravos deram às suas religiões, línguas, danças e rituais, recriando aquilo que os brancos haviam destruídos. As aulas de história do Brasil davam mais ênfase à ação das metrópoles, ou seja, ao fato de Portugal e Espanha transformarem-se de colônias periféricas do mundo árabe em vanguardas da expansão europeia no século XVI, muitas vezes sem atentar o aluno ao fato de que os negros foram tratados a ferro e chicote, privados de laços e afeto e parentesco e apartados de tudo aquilo que eles produziram com o seu suor e sangue. As aulas ofuscavam a expansão gananciosa em nome do capital e do lucro, cujas consequências e discriminações os negros e os seus descendentes ainda lutam por derrubar.

Estudar a história e a cultura da África nos permite refletir sobre os impactos de uma sociedade que não (re)conhece e escamoteia os elementos fundamentais e alicerças da sua própria história. E é justamente essa a proposta da Lei 10.639 de 2003. É claro que a promulgação da lei não assegura mudanças efetivas no enfrentamento ao preconceito e à discriminação racial nos ambientes educacionais, no entanto, sua outorga é um indicador formal e legislativo do reconhecimento da existência do racismo, impulsionando a necessidade de se falar sobre a ideologia racista na formação da sociedade brasileira para os educandos.

Ignorar a história dos negros e dos índios é ratificar pedagogicamente o racismo na medida em que, embora inconscientemente, incutimos nas crianças, inclusive nas crianças negras, um ideal de branquitude, perseverando a ideia de inferioridade, do não-lugar dos descendentes dos negros africanos. Além disso, cometemos uma espécie de epistemicídio (morte do conhecimento), pois ignoramos os saberes e desprezamos o conhecimento de outras culturas.

A inserção da história e da cultura da África no currículo escolar visa combater esse dualismo criado entre o que é o Ocidente e o que não é o Ocidente. Ou melhor, entre o que é civilizado, universal e superior e o que é considerado inferior, particular, irracional. É preciso combater a ideia de que os africanos são povos primitivos, atrasados na racionalidade e na cultura e derrubar a ideia de que os africanos são um povo sem história, sem tradição, como afirmava o filósofo alemão Hegel.

O Brasil é o maior país negro do mundo fora do continente africano, mas conhecemos muito pouco da África, das nossas origens, como se quiséssemos esquecê-la. Ignoramos o fato de que as civilizações e etnias negras ao sul do deserto do Saara foram, dentre os povos africanos, as que mais tiveram contato com o Brasil, principalmente durante o período colonial. Muito da nossa cultura teve origem com os povos bantos, escravizados no Brasil a partir do século XVI. Por isso, várias palavras da língua portuguesa são de origem banta, como, por exemplo, axé, batucada, bagunça, caçula, fubá, encafifar, gangorra, moleque, quilombo, quitute, xingar, entre outras.

É preciso que os alunos descubram uma África, antes e depois do olhar malévolos dos europeus. Descobrir que não é apenas o rio Nilo que é importante naquele continente e aprender sobre os rios Níger, Senegal, Congo e Zambeze, explorando a grandiosidade dos reinos de Mali, do Gana, os povos Bantos e os Iorubás. A inclusão da lei 10639/03 na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) coloca a escola como um dos espaços privilegiados para a formação de uma sociedade onde se reconheça as contribuições das culturas africanas e indígenas na formação do Brasil.

# 1.

## Historia da África

Berço da humanidade, a África tem uma história grandiosa e repleta de conflitos. Geograficamente, sua história teve início com a divisão da Pangeia há 300 milhões de anos. O supercontinente deu origem a dois blocos: Laurásia (América do Norte e Eurásia) e Gondwana (América do Sul, África, Índia, Austrália e as ilhas do Pacífico Sul).

A semelhança entre o Brasil e o continente africano começou a partir desse episódio. As similaridades são encontradas nas formações rochosas, fósseis de animais e rastros de vegetação. O recorte litorâneo dos locais também chama atenção, o encaixe é como de um quebra-cabeças. Além disso, veremos que a história do continente africano também está diretamente ligada à História do Brasil.

### **1.1. Brasil, África e a conexão atlântica**

Até metade do século XIX, mais precisamente até a entrada em vigor da Lei Eusébio de Queiroz em 1850, que proibia o tráfico negreiro, a conexão atlântica entre o Brasil e a África prosperou. A partir daí começa um declínio que foi se intensificando à medida que os anos iam passando. Do lado brasileiro, houve uma ênfase maior nas relações com os seus vizinhos mais imediatos, sobretudo os do Cone Sul (Argentina, Paraguai e Uruguai). Concomitante a esse aspecto, ocorria no lado africano o incremento das iniciativas europeias de conquista, que levaram finalmente à partilha do continente no final do século e que impediu a manutenção de qualquer laço econômico entre a África ocupada e qualquer outro país que não a respectiva metrópole.

Como consequência desses dois aspectos, entre a segunda metade do século XIX até pelo menos até 1960, a política externa brasileira praticamente ignorou o continente africano, voltando-se para a América

e a Europa, áreas privilegiadas nas relações internacionais brasileiras. Tanto no plano político quanto no econômico o Brasil relegou a África ao esquecimento. De modo geral, o mesmo pode ser dito com relação ao continente asiático.

Foi somente após a II Guerra Mundial que a África voltou a ser integrada, mesmo que timidamente, na pauta da política externa brasileira. Regresso, portanto, bastante tardio, haja vista as estreitas relações entre o Brasil e o continente africano durante os séculos XVII, XVIII e até meados do XIX. Neste período registra-se um intenso intercâmbio entre os dois lados do Atlântico envolvendo relações comerciais e transposição populacional de envergadura, em decorrência do tráfico de escravos que perdurou até 1850.

## **1.2. A conexão atlântica no século XIX**

Em 1822, com a independência, verifica-se o primeiro distanciamento por imposição de Portugal quando das negociações para o reconhecimento do Brasil. A Grã-Bretanha, no embalo do reconhecimento, também impôs restrições ao tráfico negreiro, principal atividade econômica que ligava o Brasil à África no século XIX. Mas, mesmo com os tratados relativos à questão do reconhecimento, o Brasil continuou se relacionando com a África, principalmente a Atlântica.

Nesse aspecto, merece destaque o fato de que as relações predominantes, que eram econômicas, se faziam em torno do tráfico negreiro. Do ponto de vista da política exterior, o que se nota claramente é que a atenção das autoridades brasileiras estava voltada para os problemas relacionados às fronteiras, deslocando-se os interesses da Europa e da zona do Atlântico para a Bacia Platina, principalmente após a década de 1840, quando no Brasil Imperial houve uma presença sempre crescente e atuante da política externa naquela região. Além dos problemas internos, de consolidação da independência e fortalecimento do governo, que mal acabara de sair de sua pior crise política, conturbada por revoltas internas variadas, até certo ponto ocorreu uma regionalização da política exterior brasileira, que perdurou por grande parte do século XIX.